

Brasil METAL



INTERNACIONAL

Ano I Nº 292
07 de Agosto de 2008

Índice

Coréia do Sul: Fim da repressão contra o KCTU	01
IG Metall: só Demissões Voluntárias na Siemens	02
Lei de emissões atrasará dois anos ou mais	03
NY Times: Brasil ostenta crescimento forte em meio à crise mundial	04

Coréia do Sul

Fim da repressão contra o KCTU

A Confederação Sindical Internacional escreveu ao presidente da Coréia do Sul Lee Myung-bak exigindo o fim da repressão contra a **Confederação Coreana de Sindicatos** (KCTU) e expressando um enérgico pedido de libertação da srta. Jin Young-ok, primeira vice-presidente da entidade, e cancelamento das ordens de prisão contra outras lideranças da KCTU, da **Federação Coreana de Metalúrgicos** (KMWU) e do **Sindicato dos Trabalhadores da Hyundai**.

Foram emitidos mandatos de prisão contra o presidente e o secretário geral da KCTU, Lee Suk-haeng (foto) e Lee Yong-shik; ao presidente e ao primeiro vice-presidente da KMWU, Jung Gab-deuk e Nam Taek-gyu e contra seis diretores do sindicato dos trabalhadores da Hyundai. Assim que esses mandatos foram emitidos, a sede da Confederação foi cercada pela polícia e as pessoas que entravam no prédio eram revistadas. Foram emitidos também mandatos de busca para as residências dos dirigentes sindicais e familiares deles foram colocados sob vigilância.



Depois da realização da greve geral coreana em 24 de julho último, o governo autoritário de Lee Myung-bak apoiou-se em artigos do Código Penal que referem-se à “obstrução de negócios” para desencadear a repressão contra a Confederação. A greve geral coreana protestou contra a importação de carne dos EUA e a falta de segurança alimentar no país, o crescimento da inflação e tentativas de privatização.

O secretário geral da CSI, Guy Ryder, classificou as ações do governo de “totalmente inaceitáveis” e exigiu do presidente Lee “a imediata soltura de Jin Young-ok, o cancelamento dos mandatos de prisão e o fim do cerco à sede da confederação e do assédio aos sindicalistas e às suas famílias”. Para Ryder, “o governo deveria iniciar imediatamente o diálogo sobre as questões de fundamental importância para os trabalhadores coreanos, ao invés de apelar novamente à repressão anti-sindical”.

A repressão contra os sindicatos coreanos pode levar o país de volta aos dias negros da ditadura militar que terminou há duas décadas. O sindicalismo internacional tem que atender ao pedido dos trabalhadores coreanos e levantar-se numa forte campanha internacional pelo respeito aos direitos humanos e sindicais na Coréia do Sul.

Você e seu sindicato podem participar desse início de campanha enviando uma carta eletrônica de protesto contra o governo coreano e exigindo o fim da repressão.

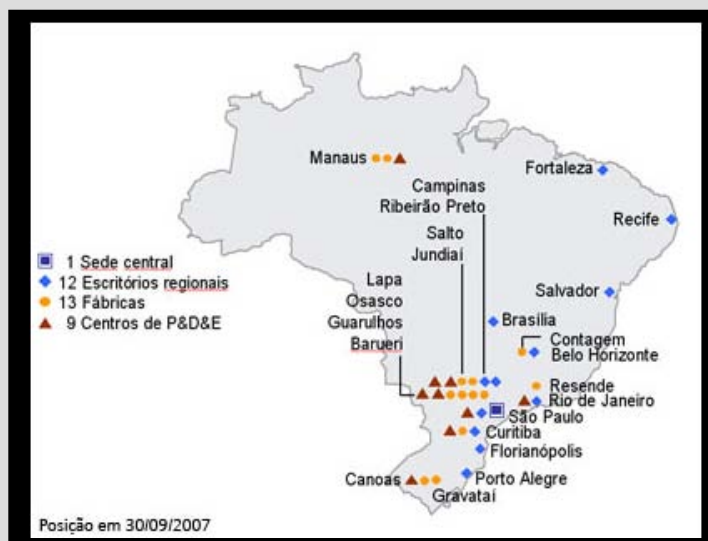
Acesse a página de solidariedade à Coréia do Sul do LabourStart (**clique aqui**) e envie uma mensagem pedindo o fim da repressão anti-sindical na Coréia. A mensagem será enviada (em inglês) para president@cwd.go.kr, com cópia para inter@kctu.org

IG Metall: Só Demissões Voluntárias na Siemens

O sindicato dos metalúrgicos alemães anunciou que estabeleceu um acordo provisório com a Siemens AG que prevê apenas demissões voluntárias e aposentadorias para o plano de “reestruturação” da empresa. O acordo tem provisões para, além das demissões, que comprometem a empresa a não fechar instalações na Alemanha e nem transferir a produção. O acordo será submetido ao Conselho dos Trabalhadores da empresa e será a base para as negociações com a empresa.

No começo de julho o presidente da Siemens, Peter Löscher, anunciou a destruição de 17.200 empregos, dos quais 6.400 apenas na Alemanha. O empresário disse que não estavam descartadas as demissões compulsórias para que essa meta fosse atingida.

O anúncio provocou a mobilização dos trabalhadores que realizaram um Dia Nacional de Luta no dia 23 de julho passado. O acordo alcançado agora representa então uma primeira vitória para os trabalhadores.



A Siemens já foi o símbolo da reconstrução alemã depois da Segunda Guerra Mundial e um exemplo de empresa socialmente comprometida. Desde a criação da “Telegraphen-Bauanstalt von Siemens & Halske” em Berlim em 1847 por Werner von Siemens e Johann George Halske a empresa caracterizou-se por uma preocupação da integração do empregado às políticas da empresa através da formação profissional e de atividades esportivas, culturais e assistenciais. Tudo isso uma grande novidade no século XIX.

Ela emprega hoje 126 mil trabalhadores na Alemanha, de um total de 400 mil no mundo inteiro. O corte de 6.400 trabalhadores que a empresa quer fazer atingirá cerca de 1.000 trabalhadores em Munique (1 em cada cinco trabalhadores na sede da empresa na cidade deverão perder seu emprego), 1.300 em Erlangen e 560 em Nuremberg e cerca de 350 em Berlim.

Além da sua preocupação com a integração de seus trabalhadores à política da empresa, a Siemens também foi pioneira no processo de internacionalização da produção industrial. Três anos depois de fundada, a empresa já tinha uma subsidiária em Londres. Cinco anos depois, ela criou uma subsidiária em São Petersburgo, na Rússia e em, 1923 alcançou o Japão. A empresa tem hoje cerca de 600 fabricas em 50 países e quase 300 mil trabalhadores diretos.

A empresa atua no Brasil há mais de cem anos. As primeiras atividades da empresa no país datam de 1867, com a instalação de linha telegráfica entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Em 1895, no Rio de Janeiro, era aberto o primeiro escritório e, dez anos mais tarde, ocorria a fundação da empresa. O mapa destaca a presença da empresa no Brasil.

Em 2001, quando ela lançou as suas ações na Bolsa de Nova Iorque a empresa já tinha quase que abandonado totalmente as suas preocupações sociais e tinha estabelecido a lucratividade com um fim ultimo de suas operações. Essa política vem se aprofundando nos últimos anos, com a empresa transferindo a produção de país para país em busca de salários cada vez mais baixos.

Diante da agressiva reestruturação que a empresa pretende realizar, a luta dos trabalhadores na empresa está apenas começando – ela pretende destruir ainda mais de 10 mil empregos no mundo todo. *(Com material das agências noticiosas e da página da empresa)*

Lei de emissões atrasará dois anos ou mais

Marli Olmos e Guilherme Manechini, de São Paulo

A próxima fase de redução de emissões de poluentes em veículos movidos a diesel, que deveria entrar em vigor em janeiro de 2009, ficará para 2011 ou 2012. O governo busca, agora, compensações que sirvam para aliviar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, justificar o atraso à opinião pública. Uma queda-de-braço entre os fabricantes de veículos e a Petrobras, fornecedora do combustível, provocou um impasse no desenvolvimento de novos motores.

Por determinação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), os veículos movidos a diesel fabricados a partir de 2009 deveriam ser abastecidos com o combustível chamado de 50 ppm (partes por milhão). Hoje, o diesel vendido nas regiões metropolitanas é o de 500 ppm. Mas no restante do país vende-se o de 2 mil ppm.

Para tentar resolver o impasse e reduzir o impacto do adiamento da entrada em vigor da nova norma, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, reuniu-se ontem com representantes da indústria automobilística, Petrobras, transportadoras e ambientalistas.

Segundo fontes próximas à negociação, uma das propostas defendidas pelo governo é pular a etapa que valeria a partir de janeiro e que não será cumprida nesse prazo - chamada de Proconve P6 e similar à europeia Euro 4 - para fazer valer, daqui a dois anos, a etapa seguinte, mais rigorosa e equivalente à regulamentação em vigor hoje na Europa (a Euro 5). Até lá seriam tomadas medidas paliativas para reduzir o índice de emissões. Uma das idéias é ampliar a distribuição do diesel com menor teor de enxofre, de 500 ppm, em um número maior de cidades.

Se prevalecer a norma do Proconve P6, os fabricantes de veículos querem fazer valer a lei federal 8.723, que determinou que as especificações do combustível deveriam chegar 36 meses antes do início da nova etapa. Como as características do produto foram divulgadas em outubro de 2007, as montadoras entendem que a nova etapa do programa de redução de emissões não pode entrar em vigor antes de novembro de 2010. (...)

O Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) foi criado em 1986. Até o início da década de 90 o teor de enxofre do diesel era de 13 mil ppms. Em 1989 a Petrobras tirou o chumbo da gasolina e em 1992 foi lançado o diesel metropolitano. Em 2005 lançou o diesel de 500 ppm nas regiões metropolitanas.

Segundo fontes da indústria, o preço dos caminhões com motores adaptados ao combustível mais limpo deverá aumentar de 5% a 7%. Em mudanças anteriores, muitos transportadores anteciparam a troca do caminhão para fugir do reajuste. Na Europa, quem compra os veículos adaptados às normas de emissões mais rígidas recebe incentivos, como descontos em pedágios.

Enquanto a questão não é solucionada, a indústria que abastece os fabricantes de veículos não sabe como enfrentar essa confusão. Atualmente, diversos fornecedores de autopeças trabalham com mais de uma regulamentação, pois além do mercado interno exportam seus produtos para Europa, Estados Unidos e outros países emergentes.

É o caso da MWM International. José Eduardo Luzzi, diretor de vendas e marketing da companhia, informa que atualmente a MWM fabrica motores para três regulamentações diferentes. "Produzo nos formatos Euro 3,4 e 5", disse. Segundo ele, o formato de motor adaptado ao Euro 4 está sendo exportado ao México, que encerrou as vendas de veículos movidos a diesel conforme os padrões do Euro 3 no fim do primeiro semestre.

Já as vendas para os Estados Unidos e Europa seguem os padrões Euro 5 ou Epa 10 - similar americano de regulamentação.

A confusão de fabricar componentes com mais de uma especificação ambiental também ocorre na subsidiária brasileira da BorgWarner, especializada em turbos para motores diesel. Para Sérgio Veinert, presidente da empresa, a adaptação da linha varia de acordo com os produtos.

Segundo o executivo, a mudança de formatos de produção não chega a ser um grande problema nas autopeças. "Certamente a legislação nacional não será mais rigorosa que a europeia", afirmou. Na opinião de Veinert, hoje a questão depende muito mais da Petrobras do que das montadoras e fabricantes de autopeças.

O Ministério do Meio Ambiente deverá convocar novas reuniões com as partes envolvidas para definir uma nova data. (*Valor*, 06.08.2008)

NY Times:

Brasil ostenta crescimento forte em meio à crise mundial

Brasil está finalmente equilibrado para usufruir de seu potencial como agente global, dizem economistas

Desesperada para deixar sua existência precária em umas das regiões mais pobres do Brasil, Maria Benedita Sousa usou uma pequena quantia de dinheiro há cinco anos para comprar duas máquinas de costura e começar seu próprio negócio.

Hoje, Maria Benedita, uma mãe de três filhos que começou trabalhando em uma fábrica de jeans em que ganhava apenas o necessário para sobreviver, emprega 25 pessoas em uma modesta instalação de dois cômodos que produz 55 mil conjuntos de lingerie por mês. Ela comprou e reformou uma casa para sua família e agora pensa em comprar um segundo carro. Sua filha, que está estudando Farmácia, pode ser o primeiro membro de sua família a ter curso superior.



"Você não pode imaginar a felicidade que eu estou sentindo", disse Maria Benedita, de 43 anos, dona da marca Big Mateus, homenagem a seu filho. "Eu sou alguém que veio do interior para a cidade. Eu batalhei e batalhei, e hoje meus filhos estão estudando, um na faculdade e outros dois no colégio. É um presente de Deus."

Atualmente o país dela está se levantando da mesma forma. O Brasil, a maior economia da América do Sul, está finalmente equilibrado para usufruir de seu já antecipado potencial como agente global, dizem economistas, enquanto o País registra sua maior expansão na economia em três décadas.

Esse crescimento está sendo sentido em quase todas as partes da economia, criando uma nova classe de super-ricos enquanto pessoas como Maria Benedita se elevam a uma classe média em expansão.

Ele também tem fornecido um novo posicionamento ao País, permitindo, por exemplo, que o Brasil negocie mais duramente com países como os Estados Unidos e a União Européia em discussões sobre o comércio global. Após sete anos, essas negociações finalmente fracassaram nesta semana, em meio a pedidos de China e Índia por salvaguardas para seus agricultores, um claro sinal do crescente poder dessas nações emergentes.

Apesar dos medos dos investidores sobre o posicionamento esquerdista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando ele foi eleito pela primeira vez em 2002, ele vem demonstrando cautela quando se trata da administração econômica, evitando impulsos populistas de líderes como Hugo Chávez, da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia.

Ao invés disso, ele abasteceu o crescimento do Brasil com uma hábil combinação de respeito pelos mercados financeiros e programas sociais focalizados, que vem tirando milhões da miséria, disse David Fleischer, analista político e professor emérito da Universidade de Brasília. Maria Benedita é um desses beneficiados.

Amplamente conhecido por sua distribuição desigual de riquezas, o Brasil reduziu a desigualdade de rendimentos em 6% desde 2001, mais do que qualquer país da América do Sul nesta década, disse Francisco Ferreira, economista do Banco Mundial.

Enquanto os 10% mais ricos do País viram seus ganhos aumentarem cerca de 7% entre os anos de 2001 e 2006, os 10% mais pobres tiveram crescimento de 58% na renda, disse Marcelo Cortes Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

>>>>>

Mas o Brasil está gastando muito mais que seus vizinhos latino-americanos em programas sociais, e seus gastos públicos totais continuam sendo quase quatro vezes maior que o que México gasta, em porcentagem do PIB, disse Ferreira.

Mesmo assim, a expectativa é que a expansão econômica do País dure. Enquanto os Estados Unidos e partes da Europa sofrem com a recessão e a crise imobiliária, a economia do Brasil mostra poucas das vulnerabilidades de outras potências emergentes.

O País diversificou amplamente sua base industrial, tem grande potencial para expandir o setor agrícola para campos virgens e possui uma imensa quantidade de recursos naturais ainda não aproveitados. As novas descobertas de petróleo - na chamada camada pré-sal - vão levar o Brasil ao ranking das maiores potências petrolíferas do mundo na próxima década.

Mesmo que as exportações de commodities como o petróleo e bens agrícolas puxaram a maior parte de seu crescimento recente, o Brasil é cada vez menos dependentes delas, dizem os economistas, com a vantagem de ter uma demanda doméstica enorme - 185 milhões de pessoas - que ficou mais rica com o sucesso de pessoas como Maria Benedita.

De fato, com o aumento da renda e a inflação razoavelmente controlada, os brasileiros estão em uma onda de ganância que se tornou o motor principal da economia, que cresceu 5,4% no ano passado.

Eles estão comprando tanto bens brasileiros como uma crescente onda de produtos importados. Muitos estabelecimentos facilitaram os termos de acesso ao crédito para permitir que os brasileiros paguem geladeiras, carros e até cirurgia plástica durante anos ao invés de meses, mesmo com uma das maiores taxas de juros do mundo. Em junho, o País atingiu 100 milhões de cartões de crédito, um salto de 17% sobre o ano anterior.

Nas Casas Bahia, o número de consumidores praticamente triplicou para 29,3 milhões entre 2002 e 2007, disse Sonia Mitaini, porta-voz da rede. Outros sinais de que a riqueza aumentou. Em Macaé, cidade petrolífera no Rio de Janeiro, os empreiteiros correm para terminar novos centros de compras para dar conta da demanda das crescentes empresas do setor de petróleo. Em um porto em Angra dos Reis, cerca de 25 mil pessoas encontraram emprego construindo novas plataformas.

A Petrobras chocou o mundo petrolífero em novembro do ano passado ao anunciar que o megacampo de Tupi poderia possuir reservas entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris. Analistas acreditam que poderia haver mais bilhões de barris nas áreas ao redor do campo, fazendo com que o Brasil se tornasse o segundo maior produtor de petróleo na América Latina, perdendo apenas para a Venezuela.

Mesmo que o a exploração do petróleo nessa área vá gerar grandes custos e complicações, a Petrobras diz esperar produzir mais de 100 mil barris por dia em Tupi até 2010, e pretende aumentar esse nível para cerca de um milhão em aproximadamente dez anos. As novas descobertas estão gerando um boom de investimentos no Rio de Janeiro, com expectativa de um fluxo de R\$ 107 bilhões para o Estado até 2010, de acordo com o governo estadual. Só a Petrobras pretende investir US\$ 40,5 bilhões até 2012.

Alguns economistas dizem que uma desaceleração na economia do resto do mundo, especialmente na Ásia, que está absorvendo grande parte das exportações do Brasil de soja e minério de ferro, poderia prejudicar o crescimento aqui. "Mas a probabilidade é pequena", disse Alfredo Coutino, economista sênior para a América Latina da Moodys Economy.com.

Na realidade, devido ao fato de a economia brasileira ter se tornado tão diversificada nos últimos anos, o País está menos suscetível a ser prejudicado pela economia dos Estados Unidos, ao contrário de muitos países da América Latina.

As exportações do Brasil para os Estados Unidos representam apenas 2,5% do Produto Nacional Bruto do País, comparado aos 25% do PNB para as exportações do México, de acordo com a Moodys. "O que torna o Brasil mais resistente é que o resto do mundo importa menos", disse Don Hanna, responsável pelas economias emergentes no Citibank. (*New York Times*, 31.07.2008)